

## FUNDADORES

Prefeito ALIM PEDRO

Procurador-Geral GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

## DIRETOR-RESPONSÁVEL

Procurador-Geral DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO

## DIRETOR-EXECUTIVO

Procurador FLÁVIO BAUER NOVELLI

## REDATORES:

Procuradora ELEUSA DE MAGALHÃES GARCIA

Procurador GENOLINO AMADO

Procurador JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA

Procuradora KLEY OZON MONFORT COURI RAAD

Procurador SÉRGIO FERRAZ

## CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRÔLE

MARIA IGNEZ DOS SANTOS

## SECRETARIA

AUREA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

## REDAÇÃO

Avenida Erasmo Braga, 118 — 7.º andar — sala 5 — 231/234

Edifício Estácio de Sá — Rio de Janeiro — Guanabara

Os trabalhos assinados são da exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões neles manifestadas não correspondem necessariamente, às opiniões da Procuradoria Geral do Estado.

## SUMÁRIO

### DOCTRINA

Cibernética e Direito — LUIS ANTÔNIO DE ANDRADE .....	1
A aplicação da cibernética ao Direito e à administração da Justiça — CARLOS ALBERTO DUNSHEE DE ABRANCHES .....	12
A nova sociedade industrial e o Direito — JUARY C. SILVA .....	43
A evolução do sistema de proteção jurisdicional dos direitos no Brasil republicano — M. SEABRA FAGUNDES .....	61
A proteção jurisdicional dos direitos humanos no direito positivo brasileiro — HAMILTON DE MORAES E BARROS .....	76
Licitações e contratos administrativos — HELY LOPES MEIRELLES .....	98
Apostila ao artigo anterior — CÉLIO ALBERTO SHOLL FERREIRA .....	124
A justiça administrativa na República Federal da Alemanha — A. B. COTRIM NETO .....	127
Proteção penal da economia popular no Brasil — ROBERTO LYRA .....	151
Competência do Tribunal de Justiça para dispor sobre regimento de custas — CELSO AGRÍCOLA BARBI .....	160
Competência da Justiça do Trabalho — ARION SAYÃO ROMITA .....	166
Direito administrativo brasileiro da segurança pública — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO .....	182
Necessidade da citação da Fazenda Pública para a execução por quantia certa — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA .....	195
A reforma administrativa e os terrenos de marinha — PAULO BARROS DE ARAÚJO LIMA .....	203

### PODER JUDICIÁRIO

#### I — SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

— Desprezada a arguição de incompetência do Governador para editar o ato impugnado, no mérito julgou-se inconstitucional o art. 47 da Constituição da Guanabara e, quanto ao mais, julgou-se a representação improcedente (Tribunal Pleno) — <i>Comentário</i> — SÉRGIO FERRAZ .....	233
--	-----

— Imposto de renda. Juros remetidos para o exterior, como parte do pagamento de material importado, adquirido por contrato celebrado fora do País, e de vendedor que não opera no Brasil. Não se trata de rendimentos auferidos no Brasil, e, assim, não pode incidir a lei tributária brasileira, pois a prerrogativa de tributar é inerente à soberania, só podendo incidir sobre os nacionais ou sobre negócios ocorridos em território nacional (Primeira Turma) — <i>Comentário</i> — ARNOLDO WALD .....	255
— Recurso — Apelação — Alçada — Interposição no prazo previsto para embargos, em virtude da existência do recurso necessário — Juízo competente para o julgamento. Pelo princípio da unidade de cognição, o Tribunal recorrido, competente para julgar o recurso de ofício, também o será para conhecer da apelação (Segunda Turma) — <i>Comentário</i> — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA .....	264
— Recurso extraordinário. Má aplicação da Constituição. Conhecimento do recurso. Salário-educação. Natureza. Não tem as características de um tributo. Substituição de uma obrigação de fazer, imposta pelo art. 170 da Constituição, por uma contribuição. Provimento do recurso (Segunda Turma) — <i>Comentário</i> — HUGO DE CARVALHO COELHO .....	267

## II — 1.<sup>a</sup> VARA DA FAZENDA PÚBLICA

— Ação de responsabilidade civil — <i>Comentário</i> — LUIZ CARLOS DE AZEVEDO BARROS .....	277
--	-----

## PARECERES

— Alienação de bens móveis de sociedade estadual de economia mista — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA .....	286
— Concurso. Candidato de nacionalidade brasileira, mediante opção. Indispensável a prova de cumprimento das obrigações eleitorais — JESSÉ CLÁUDIO FONTES DE ALENCAR .....	292
— Desapropriação. Permuta de imóveis expropriados constitui, em princípio, forma inaceitável de trestinação. Admissibilidade da permuta em determinadas condições — ROBERTO PINTO FERNANDES .....	296
— Desapropriação por entidade autárquica. Pagamento da indenização mediante precatório. Obrigação de incluir no orçamento da autarquia a verba necessária. Expedição dos precatórios em série própria para cada entidade — ARNOLDO WALD .....	303
— Desmembramento de imóveis processado fora da esfera administrativa: impossibilidade. Precedentes judiciais — EUGÊNIO NORONHA LOPES .....	309
— Direito à nomeação. Alunas diplomadas por estabelecimentos oficiais de ensino normal. Relação entre o Estado e os seus funcionários — CLÓVIS PAULO DA ROCHA .....	317
— Estabilidade concedida pelo art. 109 da Constituição da Guanabara. Subordina-se também ao disposto no § 2. <sup>o</sup> do art. 177 e	

no § 1. <sup>o</sup> do art. 99 da Constituição Federal — PETRÔNIO DE CASTRO SOUZA .....	321
— Exercício de função gratificada no serviço civil. Polícia militar. Necessidade de autorização legal — PEDRO AUGUSTO GUIMARÃES .....	323
— Execução trabalhista contra autarquia estadual. Observância do regime de precatórios — JOSÉ ANTUNES DE CARVALHO .....	325
— Executivo fiscal. Bens seqüestrados ou penhorados. Leilão — MILTON FLAUS .....	329
— Inconstitucionalidade de lei. Efeitos <i>ex-tunc</i> de sua declaração. Inexistência da lei estadual n. <sup>o</sup> 824/65 — PETRÔNIO DE CASTRO SOUZA .....	337
— Pedágio. Natureza jurídica. Condições para sua cobrança — HELY LOPES MEIRELLES .....	343
— Pena por ajuizamento: remissão conseqüente a remissão total do crédito tributário — FLÁVIO BAUER NOVELLI .....	351
— Polícia Militar do antigo Distrito Federal. Transferência do seu pessoal inativo ao Estado da Guanabara — ROBERTO MATTOSO CÂMARA FILHO .....	362
— Rescisão de contrato de trabalho ou pedido de demissão de empregado do Estado ou de autarquia e fundação estadual. Casos em que se impõe a homologação ou a assistência da Delegacia Regional do Trabalho — JOSÉ ANTUNES DE CARVALHO .....	366
— Serventuário da Justiça. Incabível acrescer ao respectivo provento de aposentadoria a vantagem do adicional permanência — ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI MAIA .....	371
— Servidor aposentado. Revisão de proventos (Decreto "E" número 1.946/67). A regra do § 3. <sup>o</sup> do art. 101 da Constituição do Brasil. Cargo novo que não resultou de transformação do que exercia o inativo — PETRÔNIO DE CASTRO SOUZA .....	375
— Sociedade anônima. Cobrança de ágio, pela sociedade, sobre as ações emitidas para constituição ou aumento de capital — CELSO SOARES CARNEIRO .....	378
— Taxa judiciária. Valor do pedido e valor da causa. Interpretação dos arts. 43 e 48 do C.P.C. e do art. 31 do Dec.-Lei estadual n. <sup>o</sup> 110/69 — MARCUS MORAES .....	392

## CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIDORES DO ESTADO

— Não existe equivalência entre o cargo de Diretor do antigo DAF e o de Presidente do IASEG. Impossibilidade de assegurar-se a quem incorporou vencimentos do primeiro as vantagens do último. Critério já firmado pela administração em caso idêntico. Mantém-se o símbolo (C-04) que se atribuiu ao cargo extinto em face da nova padronização legal (Decreto n. <sup>o</sup> 1946/67) (Recurso n. <sup>o</sup> 474/69) .....	400
— Acesso: 1. Definido como ingresso do funcionário, de acordo com as linhas estabelecidas em lei, em cargo de outra classe de for-	

**CIBERNÉTICA E DIREITO \***

LUÍS ANTÔNIO DE ANDRADE  
Desembargador do Tribunal de Justiça  
do Estado da Guanabara

Deveria, talvez, ter dado a esta desataviada palestra a designação de "Informática Jurídica", pois, na verdade, era apenas este ramo da Cibernética que tinha a intenção de focalizar. E o vocábulo *Cibernética*, apesar de seus vinte e dois anos de idade, ainda, para muitos, anda envolto de certa nebulosidade, se não, mesmo, de certo mistério. E talvez com razão, pois, definido como estudo do controle e da comunicação nos animais e nas máquinas, tem êle por objeto assuntos os mais diversos, como, entre outros, a auto-regulação das máquinas, os sistemas automáticos de controle da produção, a teoria da informação, o processamento de dados, o mecanismo do sistema nervoso dos animais e a programação dos aparelhos de computação eletrônica.

O termo Cibernética — que, de origem grega, significa pilotagem — foi criado, em 1948, por NORBERT WIENER, considerado um dos pais intelectuais do cérebro eletrônico. Digo um dos pais porque, na verdade, não existe um inventor, propriamente dito, de tal máquina. Sua construção resultou dos estudos conjugados de vários matemáticos e cientistas, dentre eles se destacando os de WIENER — americano — e os do barão húngaro Dr. JOHN VON NEUMANN — radicado nos Estados Unidos da América do Norte — ambos contemporâneos e considerados gênios da matemática. Tanto NORBERT WIENER quanto VON NEUMANN aos oito anos já escreviam para revistas científicas. O primeiro ingressou na universidade aos 13 anos, ocupando, mais tarde, uma cadeira no fa-

\* Palestra proferida no Instituto dos Advogados em 28-4-71.

mação profissional afim, de vencimento e escalão superiores (Decreto-Lei n.º 100/69, art. 58), se processa, entretanto, sempre que houver vaga e observada a regulamentação própria (Decreto-lei n.º 100/69, art. 63, mais incisivo que a Lei n.º 14/60, art. 39).  
2. Na inexistência de vaga, por força de fixação numérica provisória de classe funcional, não há, conseqüentemente, direito a acesso (Recurso n.º 526/70) ..... 404

— 1. Reajustamento de percentagens já incorporadas aos proventos: impossibilidade jurídica em face da lei. Inteligência do art. 178 da Lei n.º 880/56 e do art. 50, letra I, da Constituição do Estado. Entendimento pacífico do Poder Judiciário. 2. Aumentos trienais: não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito. Limites à aplicação do art. 179 da Lei n.º 880/56 (Recurso n.º 538/70)... 407

— Acesso: regula-se pela legislação vigente à data de sua validade. A decisão da ACCC e o Decreto governamental que traduzem o benefício são atos meramente declaratórios do direito do servidor. Limites à aplicação da lei federal que regula a profissão de Técnico de Administração (Recurso n.º 540/70) ..... 421

— Lei n.º 14/60 — art. 72. Exercício por dez anos ininterruptos de cargos em comissão. Direito a vencimentos iguais ao do mais elevado exercido — Diretor do DES. A circunstância de serem êles, na data da incorporação, iguais aos de Secretário de Estado, não confere ao funcionário o direito de continuar a perceber sempre vencimentos de Secretário de Estado. Alterabilidade dos vencimentos incorporados com a alteração dos vencimentos do cargo cujo exercício anterior gerou o direito de incorporação. Desequiparação de vencimentos por força dos Atos Complementares 27 e 30 e art. 96 da C.F. de 1967, atualmente, parágrafo único do art. 98 (Recurso n.º 547/70) ..... 426

— Contagem de tempo de serviço de Diretor Financeiro da C.T.C., como cargo em comissão, do Estado. Aplicação ao caso, da decisão do ACRA no Recurso n.º 68/64 (Consulta n.º 19/71)..... 438

**ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL**

— Junta Comercial do Estado da Guanabara:

— Decisão no processo n.º 16.582/71:

- Incorporação de sociedades. Registro do ato relativo. A comprovação da formação do truste não pode ser feita pelas Juntas do Comércio, que para tanto não estão aparelhadas. A tarefa, com toda a série de exames de prova e indícios, cabe ao CADE, único órgão em condições de realizá-la. 443
- Razões do recurso apresentado pela Procuradoria Regional ao Ministro da Indústria e do Comércio ..... 447

— Livros: AMÍLCAR DE ARAÚJO FALCÃO, *Fato gerador da obrigação tributária* — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO, *Curso de direito administrativo*, vol. II, Parte especial — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, *Direito processual civil* (Ensaio e Pareceres) — THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS, *Manual dos títulos de crédito* ..... 454

— Necrológio: MACHADO GUIMARÃES ..... 462

Índice alfabético e remissivo ..... 464